|  |  |
| --- | --- |
|  | Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC Centro de Educação Superior do Alto Vale do Itajaí – CEAVIDepartamento de Engenharia Sanitária - DESA |

|  |
| --- |
| **PLANO DE ENSINO** |
|  |
| **DEPARTAMENTO:** ENGENHARIA SANITÁRIA |
|  |
| **DISCIPLINA:** LEGISLAÇÃO SANITÁRIA E AMBIENTAL  | **SIGLA:**LSA |
|  |
| **PROFESSOR:** WILLIAN JUCELIO GOETTEN | **E-mail:**willian.goetten@udesc.br |
|  |
| **CARGA HORÁRIA TOTAL:** 36 h | **TEORIA:** 36 h | **PRÁTICA**: 0 h |
|  |
| **CURSO:** BACHARELADO EM ENGENHARIA SANITÁRIA |
|  |
| **SEMESTRE/ANO:**I/2016 | **PRÉ-REQUISITOS:**NÃO |

**OBJETIVO GERAL DO CURSO:**

O Curso de Engenharia Sanitária do Centro de Educação Superior do Alto Vale do Itajaí – CEAVI, da UDESC/ Ibirama, objetiva formar profissionais da engenharia habilitados à preservação, ao controle, à avaliação, à medida e à limitação das influências negativas das atividades humanas sobre o meio ambiente, de modo a atender as necessidades de proteção e utilização dos recursos naturais de forma sustentável, aliando novas metodologias e tecnologias na exploração, uso e tratamento da água, nos projetos de obras de saneamento, que envolvem sistemas de abastecimento de água, sistemas de esgotamento sanitário, sistemas de limpeza urbana, bem como no desenvolvimento de políticas e ações no meio ambiente que busquem o monitoramento, o controle, a recuperação e a preservação da qualidade ambiental e da saúde pública.

**EMENTA:**

Introdução. Conceito. O direito ambiental. Licenciamento Ambiental. Legislação ambiental Brasileira e Estadual. Aplicação da legislação ambiental em várias áreas de atuação pelo homem.

**OBJETIVO GERAL DA DISCIPLINA**

Capacitar o aluno na compreensão da legislação ambiental brasileira e do Estado de Santa Catarina. Capacitar o aluno na percepção das diferentes correntes de pensamento que influenciam a promulgação de leis ambientais. Conhecer as legislações de aplicação na área de saneamento.

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS/DISCIPLINA:**

- Criar e cooperar com a consciência cívica e de cidadania voltada a questão ambiental;

- Analisar o conteúdo básico da disciplina, delineando suas noções propedêuticas, sua gênese e desenvolvimento.

- Habilitar o acadêmico para a tomada de decisões dentro dos limites impostos pela legislação ambiental quando em interface com o setor produtivo

- Oferecer tratamento sistemático fundamentado na Constituição Federal, na Lei de Política Nacional do Meio Ambiente e de outros diplomas normativos que compõem o ordenamento jurídico ambiental.

- Observar a importância do Direito Ambiental para a manutenção do equilíbrio ecológico e da própria vida humana.

**CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES:**

| **Nº** | **Data** | **Horário** | **H.A.** | **Conteúdo** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| 01 | 23/02 | 07:30 – 9:10 | 02 | Apresentação da disciplina, apresentação do plano de ensino métodos de avaliação. Princípios do direito ambiental.  |
| 02 | 01/03 | 07:30 – 9:10 | 02 | Entender e analisar a importância, objetivo, finalidade e características do Direito Ambiental; Analisar e interpretar a proteção ambiental prevista na CF/88. |
| 03 | 08/03 | 07:30 – 9:10 | 02 | Conhecer as competências ambientais: administrativa, legislativa e jurisdicional; entender o conceito de dano ambiental e sua consequência, como incide a responsabilidade civil na esfera ambiental, bem como a responsabilidade que gera ao empreendedor, ao Estado e ao profissional. |
| 04 | 15/03 | 07:30 – 9:10 | 02 | Entender o que é a responsabilidade administrativa, como e quando ocorre a sua aplicação, bem como conhecer as infrações e normas administrativas de proteção ao meio ambiente, em especial o Decreto n. 6.514/2008, que sujeitam o infrator a uma sanção administrativa; analisar a Lei 9605/1998 sua aplicação e características das condutas que geram crimes ambientais, responsabilizando os sujeitos, pessoa física e jurídica. |
| 05 | 22/03 | 07:30 – 9:10 | 02 | Conhecer e entender a primeira lei ambiental que trata do meio ambiente de forma holística, a Lei 6.938/1981, bem como introduzir os instrumentos que vão dar efetividade à política; analisar e compreender o que é avaliação de Impacto Ambiental, especialmente EIA/RIMA e quando e como uma atividade é considerada de significativo impacto ambienta nos termos da Legislação; entender o que é licenciamento ambiental, as etapas de uma licença e quais aas atividades que precisam de licença. |
| 06 | 29/03 | 07:30 – 9:10 | 02 | Conceito e Normas relativas a Padrões de qualidade do ar, da água, do solo, sonora, visual e eletromagnética/antena; Entender o que é o zoneamento socioeconômico ambiental e compreender a importância de sua implementação em todos os entes federados como orientador das políticas públicas e privadas. |
| 07 | 05/04 | 07:30 – 9:10 | 02 | Compreender a finalidade e aplicação do tombamento na esfera ambiental; entender o que são Unidades de Conservação e analisar e interpretar a Lei 9.985/2000. |
| 08 | 12/04 | 07:30 – 9:10 | 02 | **Primeira Prova – P1- conteúdo parcial, individual, sem consulta.** |
| 09 | 19/04 | 07:30 – 9:10 | 02 | Entender e interpretar a Lei n. 12.651/2012, norma geral de proteção às florestas e demais formas de vegetação, principalmente no que tange aos seus princípios, área de preservação permanente e reserva legal. |
| 10 | 26/04 | 07:30 – 9:10 | 02 | Apresentar e analisar, temas que são atuais e levantar pontos polêmicos e divergentes, buscando conhecer as ideias e a capacidade crítica aprendida na disciplina. |
| 11 | 03/05 | 07:30 – 9:10 | 02 | Conhecer e interpretar a Lei 9.433/97, que dispõe sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos. |
| 12 | 10/05 | 07:30 – 9:10 | 02 | Entender a relação da cidade e do urbanismo com a questão ambiental e Analisar a Lei n. 10.257/2001, denominada de Estatuto da Cidade, que disciplina o uso da propriedade urbana. |
| 13 | 17/05 | 07:30 – 9:10 | 02 | Analisar a Lei n. 12.305/2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, destacando a forma de gestão para efetivar a deposição adequada dos resíduos sólidos e implementar a política reversa; |
| 14 | 24/05 | 07:30 – 9:10 | 02 | Discussão sobre jurisprudências em comarcas catarinenses. |
| 15 | 31/05 | 07:30 – 9:10 | 02 | Composição de conselho interno para proposição de Norma/Resolução. |
| 16 | 07/06 | 07:30 – 9:10 | 02 | Composição de conselho interno para proposição de Norma/Resolução. |
| 17 | 14/06 | 07:30 – 9:10 | 02 | **Apresentação de seminário - T1 (estudos de caso).** |
| 18 | 21/06 | 07:30 – 9:10 | 02 | **Segunda Prova – P2- conteúdo parcial, individual, sem consulta.** |
|  |  |  |
|  | 27/06 | 07:30 – 9:10 |  | **EXAME** |

**METODOLOGIA PROPOSTA:**

Aula expositiva; Estudo de texto seguido de discussão e/ou atividades; Utilização de recursos audiovisuais.

**AVALIAÇÃO:**

1- AVALIAÇÃO

Serão aplicadas duas Provas (P1 e P2) e um Trabalho (T1) e a Nota Final (NF) será calculada pela média simples das 3 notas:

NF=(P1+ P2+T1)/3.

As provas terão questões teóricas e questões de desenvolvimento de raciocínio lógico.

O trabalho 1 abrange o conteúdo: Estudos de caso.

2 – PROVA DE RECUPERAÇÃO

Para quem não atingir a média 7,0 segue as diretrizes da instituição e abrangerá todo conteúdo ministrado durante o todo o semestre letivo. A Média Final após a aplicação desta prova será: MF = (6.0M+4.REC)/10

Para a aprovação na disciplina a Média Final deverá ser maior ou igual a 5,0.

3 – SEGUNDA CHAMADA

Segunda chamada segue as diretrizes da instituição.

A segunda chamada da prova será concedida exclusivamente aos alunos que apresentarem justificativa comprovada e aceita pela coordenação do curso. Caso contrário ficará com zero. As provas serão agendadas em dia e horário a critério do professor, podendo ser realizada até o final do semestre letivo.

4 – INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

a) A prova deverá ser realizada dentro do prazo previsto.

b) A prova poderá ser realizada à lápis ou a caneta, no entanto, aqueles que realizarem a lápis não terão direito a reclamação da correção.

c) O material a ser usado nas provas vai ser definido em cada prova.

e) Não será permitida a troca de materiais com os colegas.

f) Casos não previstos serão resolvidos pelo professor.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

DEMOLINER, Karine Silva. **Água e saneamento básico:** regimes jurídicos e marcos regulatórios no ordenamento brasileiro . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. 220 p. ISBN 9788573485288 (broch.). Número de Chamada:**341.343 D383a. Total de exemplares 3 Ceavi**

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro.** 14. ed. rev. atual. ampl. em face da Rio+20 e do novo Código Florestal. São Paulo: Saraiva, 2013. 961 p. ISBN 9788502187924 (broch.). Número de Chamada:**341.347 F519c 14.ed. 2013. Total de exemplares 8 Ceavi**

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Manual do Saneamento. Fundação Nacional da Saúde. 2004. On-line

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ÁGUAS:. Aspectos jurídicos e ambientais. Curitiba: Juruá, 2010. 305 p. ISBN 9788536217789 (broch.). Número de Chamada:**342.1244 A282 3.ed. Total de exemplares 3 Ceavi**

CAUBET, Christian Guy. **A água, a lei, a política... E o meio ambiente?**Curitiba: Juruá, 2004. 305 p. ISBN 85-362-0590-3 (broch.).  Número de Chamada:**341.343 C371a. Total de exemplares 1 Ceavi.**

GUERRA, Sidney. **Resíduos sólidos:** comentários à Lei 12.305/2010 . Rio de Janeiro: Forense, 2012. 194 p. ISBN 9788530940140 (broch.). Número de Chamada:**628.44 G929r 2012. Total de exemplares 2 Ceavi**

PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; ALVES, AlaôrCaffé. **Curso interdisciplinar de direito ambiental.** Barueri: Manole, 2005. 953p (Ambiental ; 4). ISBN 8520421873 (enc.). Número de Chamada:**341.347 C977. Total de exemplares 2 Ceavi**

SETTE, Marli Teresinha Deon. **Manual de direito ambiental.** 3.ed. Curitiba: Juruá, 2014. 652 p. ISBN 9788536246567 (broch.).  Número de Chamada:**341.347 S495m 3.ed 2014 Total de exemplares 2 Ceavi**

SIRVINSKAS, Luis Paulo. **Manual de direito ambiental.** 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. 984 p. ISBN 9788502216198 (broch.). Número de Chamada:**341.3470981 S621m 12. ed. 2014. Total de exemplares 2 Ceavi.**

FORTINI, Cristiana; PICININ, Juliana; SUNDFELD, Carlos Ari. **Saneamento básico:** estudos e pareceres à luz da lei n. 11.445/2007 . Belo Horizonte: Fórum, 2009. 310 p. ISBN 9788577002436 (broch.). Número de Chamada:**341.3470981 S223 2009. Total de exemplares 3 Ceavi**